

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 17 DE FEVEREIRO DE 2022, ÀS 17:00 HORAS**

**OAB Uberlândia 13ª Subseção**

**Av. Rondon Pacheco, nº 980 – Bairro Copacabana**

Ao 17 (décimo sétimo) dia do mês de fevereiro de 2022 (dois mil e vinte e dois), às 17:00h (dezesete horas) da tarde, em formato híbrido, no prédio sede da Ordem dos Advogados do Brasil, OAB Uberlândia 13ª (Décima Terceira) Subseção, à Av. Rondon Pacheco, nº 980, Bairro Copacabana, Uberlândia/MG, e também com participação online, deu-se início a Assembleia Geral Extraordinária, por intermédio da Diretoria OAB Uberlândia. Compuseram a mesa de autoridades: Dr. José Eduardo Batista (presidente), Dra. Rosiris Paula Cerizze Vogas (vice-presidente), Dra. Juliana Araújo Simão Curi (secretária-geral), Dr. Marcos José Costa Montanha de Aragão (secretário geral adjunto), Dr. Willy Falcomer Filho (tesoureiro), Dr. Clovis Mesiano Muniz Júnior (diretor adjunto), Maria Dimair Ferreira Ferraz (diretora adjunto), Eliseu Marques de Oliveira (Conselheiro Seccional), Rodrigo Manzi Pereira (Presidente do CED), Alexandra Caporale da Silva (Conselheira Subseccional), Vinícius César Felix (Delegado da CAA), Narciza Donizete Araújo Pires (Sub-delegada da CAA).

Ainda, compareceram virtualmente a Dra. Fernanda Aparecida Santos (diretora adjunta), Dra. Juliana Borges (diretora adjunta), Ângela Parreira de Oliveira Botelho (Vice-Presidente da OAB/MG); e mais de 60 (sessenta) advogados e estagiários, na modalidade presencial e online.

A Dra. Rosiris Paula Cerizze Vogas, Diretora Vice-Presidente da OAB Uberlândia, fez a abertura da Assembleia Geral Extraordinária.

Na sequência, o Dr. José Eduardo Batista, Diretor Presidente da OAB Uberlândia, deu início à Assembleia Geral, agradecendo toda classe e os presentes, presencial e virtualmente, e retornou a palavra para a Vice-Presidente. Esta, por sua vez, apresentou os membros da diretoria, Conselho Subseccional e Seccional, e delegados da CAA; o plano de Gestão 2022/2024, destacando as principais demandas que direcionaram os trabalhos, e atividades até então realizadas.

Com a palavra, o Dr. Vinícius César Felix, Delegado da CAA, apresentou os trabalhos desenvolvidos na CAA, parcerias e novos projetos.



Em seguida, a Dra. Rosiris Paula Cerizze Vogas apresentou a agenda de eventos da OAB, convidando todos a participarem. Também, apresentou sobre os trabalhos e plano de trabalho das Comissões, destacando que as inscrições para novos membros ocorrerão em breve. Expôs pontos do Plano de Gestão e o colocou aberto a novas contribuições. Na sequência, o Dr. José Eduardo Batista, deu início a **exposição da pauta prévia enviada antecipadamente por alguns colegas advogados**, que foi apresentado aos presentes, por meio de slides, cujo teor segue:

**1) Dr. Onésio Martins Pereira Junior**

A prerrogativa da Advocacia Geral do Estado de Minas Gerais de receber intimações somente presencialmente, o que tem ocasionado a morosidade de todos os processos em tramitação nas Varas de Fazenda Pública Estadual e na Turma Recursal do Juizado Especial.

A exigência por parte dos juízes do Juizado Especial Federal de procuração atualizada com menos de um ano de expedição para levantamento de alvarás junto à Caixa Econômica Federal.

Em resposta, o Dr. José Eduardo Batista destacou que o pedido será analisado.

**2) Dra. Fernanda Azevêdo D'Avila**

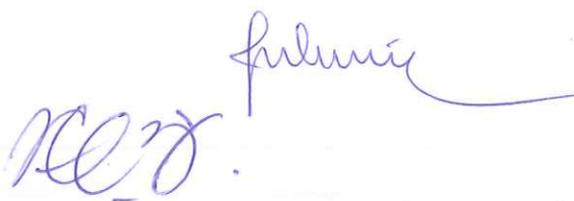
Solicitar instauração e continuidade da Comissão de Direito Sistêmico na presente Gestão, apresentando depoimentos de várias advogadas (Dras. Lilian Santos Cardoso da Costa, Ana Cláudia Zuza, Jéssica Peixoto de Carvalho, Carolina Oliveira Faleiros, Daniela Batista Junqueira, Adriana Couto Ladeira, Andrea Caneloro de Miranda Santos, Sthefanne Silva Barros), sobre a importância da referida Comissão. Os depoimentos serão transcritos em ata.

Em resposta, o Dr. José Eduardo Batista informou que a Comissão vai existir e está na pendência da composição da gestão.

**3) Dr. Márcio Alexandre da Silva**

Solicita aprovação de proposta para que componha, participe e realize a Defesa da Cidadania Brasileira Uberlandense, em conjunto com o CONDECID/Uberlândia (Conselho de Defesa da Cidadania Uberlandense) com a REDECID/Brasil, indicando um(a) Conselheiro(a) representante suplente ao seu atual titular (Presidente), Dr. José Eduardo Batista, para quando este não puder participar pessoalmente, conforme Art. 33, do Estatuto da ONGDECID/REDECID-Brasil em anexo.

Em resposta, o Dr. José Eduardo Batista destacou que o pedido será analisado.



#### **4) Dra. Lara Alves Cotonhoto**

Sugere alteração da nova diretriz para composição das Comissões apresentada na reunião do dia 18/01, qual seja: “poderão participar como membros das comissões apenas advogados e estagiários inscritos na Subseção, sendo que outros profissionais poderão ser participar como convidados de atividades pontuais das comissões”.

Acredita que as restrições impostas para ser membro colaborador, irá prejudicar e muito cada comissão. Até mesmo porque para se capacitar em Mediação Judicial pelo TJMG, não é obrigatório ser Advogado, pode participar qualquer profissional. Inclusive, hoje há Psicólogos, Dentistas, Arquitetos, Engenheiros e outros que são Mediadores capacitados pelo TJMG. Assim, limitar a participação dos membros a apenas Advogados é andarmos para trás em uma Sociedade Democrática de Direito.

#### **5) Dr. Vilmar Martins da Cunha**

Solicita revisão da restrição de participação como membros de Comissões de pessoas que não sejam advogados, citando a particularidade da Comissão Direito na Escola, reforçando que sob a ótica da inclusão, esta Subseção sempre trabalhou pela participação ativa nas Comissões, buscando a valorização da classe e o reconhecimento da Ordem como instrumento de desenvolvimento social.

#### **6) Dr. Victor Monteiro Gonçalves (Presidente da Comissão Direito na Escola)**

A Comissão OAB Vai à Escola deixou de existir no âmbito estadual tendo seu lugar tomado pela Comissão Direito na Escola, porém, Uberlândia ainda não realizou a alteração do nome.

Reitera a solicitação de possibilidade de ampla participação da sociedade como membro efetivo das Comissões e não apenas colaboradores/convidados.

Argumenta: “O prejuízo não será sentido apenas nesta comissão, mas em grande partes delas, haja vista a participação da sociedade em grande parte das comissões para atendimento efetivo e execução do anseio da OAB e de suas comissões.”

Após a leitura das demandas 4, 5 e 6, com reiterada solicitação, o Dr. José Eduardo Batista destacou a pertinência delas, que serão levadas em consideração.

#### **7) Dra. Kaiciane Nascimento da Costa**

Implementação de piso salarial por faixas de experiência/tempo de advocacia a todos os contratados por prestação de serviços ou CLT que realmente traga dignidade à categoria e tenha uma vontade real contra os honorários aviltantes.



Cursos mensais para atualização no sistema PJE/JPE para todos os advogados e treinamento de jovens advogados.

A abertura de um canal exclusivo para atendimento com inconsistência no token relacionado ao sistema PJE/JPE.

Conquistar um espaço físico no Fórum TJMG que realmente atenda as necessidades dos advogados, com espaço de espera, atendimento ao cliente, o retorno da cota de cópias e impressões gratuitas.

Retorno do transporte de integração com os fóruns e delegacias em Uberlândia. É uma promessa antiga que estava pendente apenas da finalização de licitação para a contratação da prestadora de serviço e já se passaram 6 anos. Ouvi dizer que estavam esperando a mudança para o novo fórum e até agora nada. Só mais uma promessa no limbo do esquecimento.

A criação de parcerias para vantagens aos advogados de Uberlândia, considerando que está é a maior do interior de MG. Acho que temos força para pressionar ou fazer parceria com quem precisar.

Revisar a anuidade da OAB/MG (brigar por nós de verdade) para que se possa conseguir um desconto nessa anuidade que já está quase R\$1.000,00, sem quase nenhuma contraprestação efetiva na defesa dos direitos dos advogados. Com certeza, dá para fazer uma revisão nesses valores e abaixar a anuidade e ainda ter todos os recursos necessários para a manutenção da instituição. Em tempos de pandemia é incabível a manutenção de uma das anuidades mais caras do país.

Em resposta, o Dr. José Eduardo Batista pontuou que a demanda será analisada e será incluída na pauta de estudos para averiguar as possíveis mudanças.

#### **8) Dr. Albert Vincent Naghettini**

Acessibilidade de comunicação na OAB para todos os Advogados Surdos (Mascara transparente para leitura labial e interprete de libras).

Difusão de Libras na OAB e para todos Advogados como a forma de promover de acessibilidade e inclusão no seu escritório.

Apoio e suporte para todos os Advogados Surdos na pandemia que consiga exercer sua prerrogativa e seu trabalho tendo acessibilidade de comunicação respeitado no fórum da justiça e na delegacia sem qualquer barreira.

Cota de estagio para PCD em todos os escritórios de Advocacia e na OAB.



Fiscalizar curso de direito em toda faculdade se a acessibilidade está sendo garantido para o Aluno com Deficiência, seja presencial ou online.

Fiscalizar o Exame de Ordem se acessibilidade está sendo respeitado para todos os candidatos com deficiência.

Promover Curso e palestra sobre Direito da Pessoa com Deficiência na OAB.

Recomendar o Direito da Pessoa com Deficiência como disciplina no curso de Direito em toda a Faculdade.

Recomendar a cobrança do Direito da Pessoa com Deficiência no Exame de Ordem.

Recomendar ao TJMG e ao MPMG a utilização do termo "Pessoa com Deficiência" em toda a sentença e no Acórdão evitando a expressão de "Portador" e "necessidade especial".

Conjunto de medida para incentivar toda a comunidade da PCD a fazer curso de Direito.

Fiscalizar e cobrar INSS a celeridade no pedido de benefício para Pessoa com Deficiência.

Fiscalizar e cobrar do Poder Público a efetividade do Direito da Pessoa com Deficiência na pandemia.

No auditório da OAB a cadeira perto do púlpito seja reservado para o Advogado Surdo em qualquer evento oficial.

Em resposta, o Dr. José Eduardo Batista agradeceu ao advogado pela contribuição e destacou que pretende trabalhar para que todos os itens sejam implementados. Pontuou que o Diretor Secretário Geral Adjunto, Dr. Marcos José Costa Montanha de Aragão, fará parte da Comissão Nacional da Pessoa com Deficiência, a convite do Beto Simonetti.

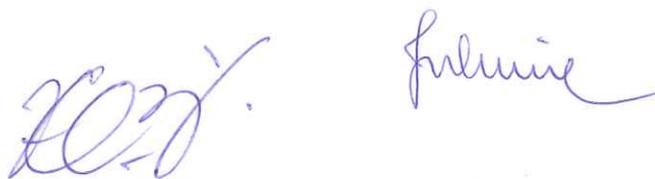
#### **9) Dra. Denisgoreth Neves de Oliveira**

Solicita convênio do TJMG com o Banco do Brasil em razão da demora no pagamento dos alvarás/precatórios. Sabe que o convênio foi feito pela Seccional, contudo, nós das subseções não podemos nos conformar com a forma que os alvarás têm sido pagos.

Solicita medidas em face do agendamento de advogados para entrar no fórum. Entende ser um absurdo inaceitável.

Em resposta, o Dr. José Eduardo Batista destacou que já existem algumas ações concretas nesse sentido, mas haverá a devida atenção da diretoria quanto a esse ponto.

#### **10) Dra. Cárita Carolina Gomes Boaventura**



Solicita atuação na atualização regular dos valores da Tabela de honorários, que, ao que lhe parece, nunca é atualizada pois os valores são bem defasados se comparado ao demais Estados.

Em resposta, o Dr. José Eduardo destacou que o pedido será analisado.

#### **11) Dra. Renata Soares**

Solicita discussão e aprovação de um piso salarial para a classe. “Já faz tempo que solicitamos a atuação da oab sobre o assunto. Infelizmente a maioria dos escritórios de advocacia contratam em regime de associado, mas na verdade para ocultar a relação de trabalho e muitas vezes pagam salários abusivos. Na maioria dos casos a OAB sequer registra o contrato de associado.”

Cobrar a virtualização de todos os processos, ainda que por mutirão com auxílios dos advogados que se disponibilizarem. Ainda temos muitos processos físicos que estão no limbo com a pandemia e esse abre e fecha do judiciário, sendo que tem um processo que desapareceu desde 2018. Solicitada a virtualização e protocolada as cópias em 2020 elas também desapareceram. Já solicitei a virtualização e abri uma reclamação no TJ mas sem andamento.

Seja solicitado uma prioridade no despacho e processamento aos processos em fase de cumprimento de sentença com pedido de penhora de valores e expedição de alvará. O que ouvimos da secretaria e juiz é que eles tem liminares e questões de saúde e outras urgências para atender, sendo que o bloqueio de bens não está nessa lista.

Muitas vezes o advogado depende da penhora dos valores para receber seus honorários, verba alimentar por equiparação e que deveriam sim, ter prioridade de tramitação, ainda mais agora.

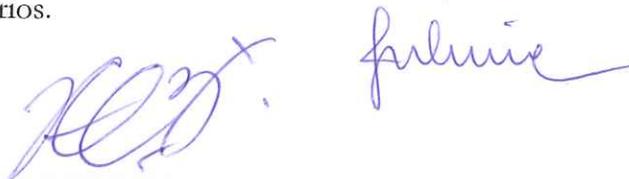
Em resposta, o Dr. José Eduardo destacou que o pedido será analisado e receberá resposta da diretoria.

#### **12) Dr. Denilson Francisco Regis**

1- Proposta de Audiência Pública com ATA a ser encaminhada aos membros do Poder Legislativo para a criação de um piso mínimo aos advogados, especialmente os ingressos na entidade de classe nos primeiros anos de atividades advocatícias.

Ou:

Criação de normativa interna, ou acordo, que garanta ao advogado receba salário digno e compatível com a elevada função de múnus público, com percentual com base na margem de lucro dos escritórios.



Justificativas: conforme se lê nas matérias, docs. 1/2.

2- Visitas regulares dos membros da OAB aos estabelecimentos de ensino para identificação, captação e promoção do desenvolvimento de alunos destaques nas faculdades de Direito.

Justificativas: nem sempre os melhores alunos serão advogados bem sucedidos, devido as inúmeras nuances que envolve a prática da profissão, cabe a OAB, não desperdiçam talentos melhorando assim, a qualidade dos seus integrantes.

3- Retomada do vínculo com a Caixa Econômica Federal do programa “Meu Primeiro Escritório”, ou seja, um financiamento no começo da carreira com juros abaixo do mercado, e com prazo de carência satisfatório aos que provarem insuficiência de recursos (docs. 3, 4).

Justificativa: uma grande parte de advogados originados de famílias pobres, não tem condições financeiras de adquirir um escritório, veículo, ternos novos, etc.

O programa “meu Escritório” oferece salas aos advogados, aliás, excelente projeto, entretanto, é um escritório coletivo, auxilia bastante, mas não traz a oportunidade de crescimento profissional, e alguns programas do Serviço Social, embora elevados ao grau máximo de nobreza, podem causar constrangimentos.

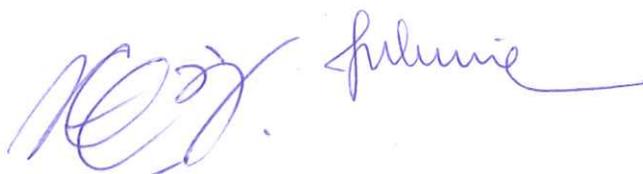
4- Criação de um Fundo de Auxílio aos advogados com até 05 anos de ingresso na Ordem, com objetivo de ofertar cursos em pós-graduação, gratuitos aos que provarem insuficiência de recursos e com preços subsidiados aos demais.

Justificativas: A ESA está fornecendo pós-graduação gratuita em tempos de pandemia, sugerimos que sejam ajustadas para se tornarem permanentes.

5- Participação efetiva da OAB nas redes sociais com criação de perfis e criação de um podcast patrocinado, sem fins político-partidários, para esclarecer sobre direitos humanos, racismo, papel da OAB, posicionamento frente aos temas atuais, e prática de filantropia, etc.

Justificativas: sem dúvidas a comunicação com a juventude atualmente passa pelas redes sociais, logo, há a necessidade de comunicação da OAB nas redes sociais para rechaçar ideias propagadas por alguns advogados, militantes políticos, e influencers nas redes sociais.

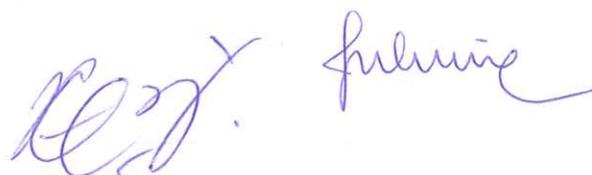
Percebemos nos últimos anos um ataque sistemático da OAB, são ações notadas no conceito da “Janela de Overton”, diminuindo sua importância na sociedade, seu papel de representação da advocacia e na manutenção do Estado Democrático de Direito.



Em resposta, o Dr. José Eduardo pontuou que a pauta diz respeito a valorização da atividade advocatícia, que é um compromisso da gestão, motivo pelo qual será integralizada ao plano de gestão e dará a devida resposta.

**Aberta a palavra aos presentes, presencial e virtualmente, houveram as seguintes demandas:**

- 1) **Dr. José Felicíssimo:** destacou que a necessidade do despacho presencial faz o advogado “perder tempo”; que manifesta nos autos, sem retorno da vara, e, ainda, o processo retorna para o “final da fila”; e queixou da demora da advocacia;
- 2) **Dra. Lúcia Maria Bernardes:** queixou que as perguntas e respostas não foram publicadas e que a sala da OAB fecha para o almoço. A Dra. Rosiris Paula Cerizze Vogas esclareceu que está no site da OAB;
- 3) **Dr. Onésio Martins Pereira Júnior** completou, em relação a exposição do Dr. José Felicíssimo, que a diretoria do Juizado Especial Federal disse que tem muitos processos, justificando a demora. Pediu para que a OAB intervenha e faça algo a respeito;
- 4) **Dra. Jane da Cunha Machado Resende,** pediu para a OAB fazer eventos festivos para os advogados se interagirem e se conhecerem;
- 5) **Dr. Ismar Martins da Costa** falou a respeito da situação dos dativos, que recebem valores aviltantes, de acordo com a nova tabela. Pediu a revisão dos valores para elaborar a tabela condizente com a nossa realidade. O Dr. José Eduardo Batista convidou o colega a compor a comissão de aviltamento de honorários e colaborar com essa questão; pontuou que é trabalho da Seccional, e que esta vai lutar para que o Estado pague o passivo dos honorários advocatícios dos dativos;
- 6) **Dr. Vilmar Cunha** está queixando do estacionamento do fórum, e sugeriu a privatização ou fazer convênio com o tribunal;
- 7) **Dra. Denisgoreth Oliveira** também falou a respeito do estacionamento; expôs a situação da dificuldade de acesso ao fórum; da demora do recebimento dos precatórios;
- 8) **Dr. Reginaldo dos Reis Carvalho** pontuou que as “portas da justiça devem ser abertas de forma igualitária”, para deixar de existir a revista vexatória na entrada do fórum com os advogados, em especial as mulheres; cerceamento na entrada do advogado ao fórum estadual; reclamou que o PJE na alçada criminal não funciona corretamente, assim como em outras áreas;
- 9) **Dr. José Carlos Oliveira Campos** sugeriu levarmos proposta a respeito do recebimento dos precatórios para o Estado; destacou que o plantão virtual com Delegado em Belo Horizonte não satisfaz as nossas necessidades, devendo ser levado ao Secretário da Segurança Pública para que



revejam essa questão, para que seja virtual, ao menos, com Delegado de Uberlândia; pontuou que não é possível falar no SETARIM, pois não atendem, e quando atendem, dizem que não podem passar informações pelo telefone; trabalhar que o SETARIM fique em Uberlândia;

**10) Dra. Selma Aparecida dos Santos** apenas agradeceu pela disposição da gestão e se colocou à disposição, enquanto Conselheira Seccional;

**11) Dr. Albert Vincent Naghettini** falou a respeito da aplicação da prova da OAB, pois, por ser pessoa com deficiência, teve dificuldade na segunda fase, ficou sentado no fundo da sala, dificultando a sua leitura labial das informações passadas pelos instrutores. O Dr. José Eduardo Batista agradeceu pela contribuição do colega, destacou a importância da causa e informou que a demanda será por nós reivindicada, pois é uma obrigação da advocacia fazer chegar à instância competente. Na oportunidade, pediu para que as demandas continuem chegando, pois, por mais que não seja competência da subseção para realizar, a nossa obrigação se dá em cobrar do órgão competente.

**12) Dra. Leila Aparecida Resende** destacou não apenas o valor dos honorários dos advogados dativos, mas também o tempo que leva para receber. Sugeriu o encaminhamento de tudo o que a OAB e a CAA fazem por e-mail, e não apenas por grupo do WhatsApp; pontuou que o INSS de Uberlândia não atende ninguém, e precisa ser verificado a respeito; também reclamou que o INSS passa informações do cadastro do contribuinte para empresas que ficam ligando oferecendo empréstimos consignados; questionou sobre a LGPD; queixou sobre o estacionamento do fórum, pois não é possível utilizá-lo em caso de chuva. O Dr. Vinícius César Felix justificou que é possível outra forma de acesso às informações da CAA, mas a ideia é transformar de forma publicável do máximo de formas possíveis;

**13) Dr. Écio Roza** agradeceu ao Dr. José Eduardo Batista, concorda com o que os colegas falaram a respeito da limitação de acesso ao fórum tem trago prejuízo a advocacia. E por fim agradeceu pela participação;

**14) Dra. Cristina Sousa**, presidente da Comissão da pessoa com deficiência, coaduna com a fala do colega Albert, sobre a questão de apoio as pessoas com deficiência no exame de Ordem e parabenizou o Dr. Marcos Jose Montanha pela nomeação como membro da comissão nacional de pessoas com deficiência da OAB. Em seguida, o Dr. José Eduardo Batista convidou toda a comissão de pessoa com deficiência, bem como toda a diretoria da OAB local para ir nas salas aonde será aplicada o exame da Ordem para conversar sobre a importância de dar auxílio aos candidatos com deficiência;



15) **Dra. Ângela Botelho**, Vice-Presidente da Seccional de Minas Gerais, relatou que tem escutado todas as demandas do Estado de Minas para levar a diretoria; informou que esteve na data de ontem com a diretoria de Uberlândia no Conselho Federal onde dirimiu demandas do Estado de Minas Gerais com o Presidente, Dr. Beto Simonetti, e, por fim agradeceu toda diretoria de Uberlândia;

16) **Dra. Kisia Lima Santos** trouxe a demanda do Dr. Eduardo Fonseca, sugerindo a criação da comissão de fiscalização da atividade profissional;

17) **Dr. Hélio Thomaz** sugeriu a participação efetiva de pessoas com deficiência e não apenas ter cotas para elas, bem como aumentar a quantidade de vagas ofertadas; sugeriu que a OAB tenha acesso ao estacionamento do Detran e que haja o protocolo no UAI Documentos de demandas relacionadas ao Detran, ao invés de ter que se deslocar ao Bairro Jardim Patrícia.

Para finalizar, o Secretário Geral Adjunto, Dr. Marcos José Costa Montanha de Aragão, falou a respeito do convite que recebeu do Dr. Beto Simonetti para compor a comissão nacional da pessoa com deficiência. Na oportunidade, pediu que outros colegas contribuam com a comissão da pessoa com deficiência, destacando que “a inclusão se faz com todos”.

Ante o exposto e as demandas trazidas pelos advogados na presente assembleia, a Diretoria se compromete a dar um retorno quanto as mesmas, de modo a adequar o plano de gestão de 2022-2024 de acordo com a necessidade e viabilidade desta pauta, bem como direcionar à seccional as demandas de sua competência.

Nada mais havendo a tratar, e ninguém mais querendo fazer uso da palavra, determinou o Sr. Presidente que se encerrasse a reunião às 19:30h (dezenove horas e trinta minutos), agradecendo a presença de todos, lavrando-se a presente ata e, após lida e achada conforme, foi aprovada e assinada pela presidente e por mim, secretária, para os fins determinados em lei.

José Eduardo Batista (presidente) \_\_\_\_\_ e

Juliana Araújo Simão Curi \_\_\_\_\_ (secretária-geral).

Juliana Araújo Simão Curi  
Dir. Secretária-Geral 13ª Subseção  
OAB/MG

José Eduardo Batista  
Dir. Presidente 13ª Subseção  
OAB/MG